Femininos Mediados: representação e alteridade em narrativas jornalísticas [1]

Juliana Magalhães e Ribeiro Gusman[2]
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

O artigo, uma primeira aproximação com o objeto de uma pesquisa mais ampla, intenta problematizar implicações éticas inerentes a relações de alteridade, principalmente de gênero, em reportagens a partir de uma análise das mediações. Pretende colocar em perspectiva narrativas jornalísticas sobre o Outro que podem ser consideradas alternativas às formas tradicionais, quase sempre redutoras, de representação midiática.

Palavras-chave: reportagem; mediações; representação; alteridade; gênero.

Olhar as mediações, para Barbero (2015), significa olhar as formas de ressignificação, de apropriação, de interpretação, de assimilação, de recebimento. É desvendar aspectos culturais que delineiam e percorrem processos comunicativos. Silverstone (2002), em consonância, define mediação como a circulação de significados, como um processo múltiplo, fluído, essencialmente transformativo e assimétrico. A mediação, processo inerentemente dialético, tem um papel importante na maneira como o mundo aparece *no* e *para o* cotidiano, uma vez que é a partir dela que indivíduos constituem significados e visões de mundo.

A mediação implica o contato com o Outro. Para Silverstone, representações midiáticas contemporâneas, especialmente aquelas voltada para esse Outro distante, muitas vezes inacessível sem a mediação tecnológica, tendem a falhar em sua promessa de comunicação. Os esquemas representativos da mídia dominante, por meio da domesticação ou da acentuação da diferença, têm, muitas vezes, aniquilado espaços e sujeitos, não sendo suficientemente desafiados ou contestados. É esse esforço, no entanto, que o presente trabalho pretende fazer. Esse artigo é o primeiro passo de uma pesquisa mais ampla, que procura, mais do que trazer repostas, propor questionamentos que poderão guiar, futuramente, outros percursos investigativos.

---

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC Minas. Bolsista Capes. E-mail: jugusman@terra.com.br

O que a pesquisa almeja colocar em perspectiva são narrativas sobre o Outro que, de certa forma, podem ser consideradas alternativas às formas tradicionais, quase sempre redutoras, de representação midiática. Foram escolhidas três reportagens contemporâneas com temáticas distintas, mas que têm em comum, fundamentalmente, duas características centrais: tratam-se de narrativas sobre mulheres, escritas por mulheres, e que trazem no próprio universo diegético do texto reflexões sobre as mediações e relações de poder existentes em seus processos de elaboração. Através da investigação de *A floresta das parteiras*, de Eliane Brum, *Presos que Menstruam*, de Nana Queiroz, e *O nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes, pretende-se problematizar relações de alteridade, principalmente de gênero, a partir de uma análise das mediações inerentes a essas reportagens.

Acredita-se que esses projetos jornalísticos, por serem engendrados a partir de uma consciência acerca de questões de gênero que perpassam as experiências retratadas, apresentam formas contra-hegemônicas de representação da mulher. Ainda, supõe-se que o reconhecimento e a explicitação das assimetrias existentes nas relações entre jornalistas e personagens, presentes por essas narrativas, diferencie esses trabalhos de produtos ordinários veiculados pela chamada mídia tradicional. Para se compreender quais elementos são determinantes nessa diferenciação, torna-se necessário precisar práticas, pensamentos e valores que guiam a produção jornalística atualmente, assim como os atores que os operam. Torna-se fulcral entender a sociedade – capitalista, colonialista, machista e patriarcal – a partir da qual, ou contra qual, narrativas são engendradas.

Hegemonia, representação e estereótipos

Conforme Boaventura de Sousa Santos (2016) o capitalismo, que molda perspectivas ideológicas dominantes no mundo ocidental, para além de seu sentido convencional de produção econômica, passou a constituir um universo simbólico-cultural suficientemente hegemônico para impregnar subjetividades e mentalidades até mesmo das vítimas de suas classificações e hierarquias. Nesse contexto, são muitos os sistemas de relações desiguais de poder – opressão, dominação e exploração, racismo, sexismo, homofobia, xenofobia. Atualmente, o afrouxamento da tensão entre

democracia e capitalismo tem contribuído, em escala global, para a consolidação de democracias de baixa intensidade.

O controle da mídia, aponta Santos, é uma das estratégias centrais desse tipo de democracia não popular, conduzida por perspectivas neoliberais, que miram garantir a perpetuação de um fascismo social. São configuradas relações sociais de poder de tal forma desiguais que grupos mais poderosos exercem direito de veto sobre modos e expectativas de vida de outros segmentos sociais. Muitos cidadãos vivem em sociedades politicamente democráticas sujeitos a constrangimentos, censuras, autocensuras e privação de direitos elementares de expressão. A mídia dominante atua, em grande parte, de acordo com uma "racionalidade indolente" (SANTOS, 2007), típica do mundo hodierno e que opera na contração do presente e no apagamento das muitas realidades possíveis, que de fato coexistem e se articulam na vida comum. Essa racionalidade totalizante, ancorada em "conhecimentos preguiçosos", legitima discursivamente apenas algumas realidades, pretensamente universais, promovendo o apagamento de quaisquer experiências alternativas.

A visada universalista, racionalista e essencialista, fruto de uma tradição iluminista, é criticada, também, por Mouffe (2001), que a considera um obstáculo para se compreender o estágio atual da política democrática. A autora questiona o aspecto epistemológico do Iluminismo, considerando-o um resíduo de uma problemática medieval absolutista. A razão moderna, presa a sua herança pré-moderna, falha ao não compreender o pluralismo e a inviabilidade do controle e harmonia total. A objetividade social almejada por essa mirada é constituída, inexoravelmente, mediante atos de poder e exclusão. Ela é, portanto, política e esconde traços das supressões de grupos e indivíduos que não se enquadram nas regras e valores legitimados por segmentos sociais dominantes, mesmo que busquem afirmar uma verdade livre de conflitos e contradições.

Na perspectiva iluminista, indivíduos são encarados como entidades transparentes, capazes de transmitir significados homogêneos ao campo total de conduta. Mouffe, contrária à noção das identidades essenciais, aponta para a impossibilidade da unificação do caráter do sujeito, que precisa ser, necessariamente, desuniversalizado, criticando a rigidez identitária, imposta pelo pensamento liberal, e, consequentemente, o mascaramento de suas exclusões.

Sugere-se, então, uma concepção fundada no reconhecimento de diferenças, para a qual identidades são necessariamente forjadas a partir de uma relação com o Outro,

que funciona como seu exterior – um "exterior constitutivo", conforme o termo proposto por Derrida, citado por Mouffe. A chave para se compreender a formação de identidades está na alteridade e no dinâmico processo relacional entre diferentes sujeitos, formando uma pluralidade incompatível com o objetivismo e o essencialismo dominante nas ciências sociais e na visada liberal. Para Mouffe, o processo de constituição de identidades ocorre por meio de dois movimentos opostos, porém complementares: de um lado, há uma descentralização que evita fixações de um conjunto de posições em torno de um ponto pré-constituído; e de outro, resultado dessa não fixação essencial, a instituição de pontos nodais, fixações parciais, que limitam o fluxo do significante sobre o significado. A dialética da não-fixação/ fixação é possível somente porque a fixação não é pré-dada, já que nenhum centro de subjetividade é imanente às identificações do sujeito.

Diante dessa concepção, o poder torna-se parte constitutiva das próprias identidades, assim como o antagonismo. A principal questão da política democrática não seria, portanto, como eliminá-lo, mas sim como constituir formas de poder que são compatíveis com os valores democráticos, desarmando e anulando as tendências de exclusão, típicas da racionalidade essencialista e universalista. A dimensão do antagonismo está sempre presente nas relações sociais. Há sempre a possibilidade de uma relação 'nós-eles' se constituir em termos de 'amigos-inimigos'. A negação desse conflito resulta somente na impotência em reconhecer suas diferentes manifestações. Uma sociedade de fato democrática abre espaço para expressão de interesses e valores conflitantes. A objetividade social serve apenas àqueles que conseguem dominá-la. Para Mouffe, "o ponto de convergência – ou melhor, o colapso mutuo – entre objetividade e poder é o que chamamos de 'hegemonia'" (MOUFFE, 2001, p. 414).

A identidade cultural, local e objeto de lutas políticas, é uma das principais áreas em que a hegemonia é exercida. A definição de identidade cultural de um grupo possui um papel central na criação de pontos nodais hegemônicos, que definem parcialmente o significado de uma cadeia significativa que permite controlar o fluxo de significantes e, temporariamente, fixar o campo discursivo. Mesmo sendo inerente ao processo de constituição das identidades, a fixação, orquestrada por certos grupos dominantes, pode ser condicionada de tal forma a desequilibrar essa dinâmica, limitando, assim, a manifestação de outras possibilidades de ser, pensar e agir no mundo.

A mídia tem agido veementemente nessa esfera, como uma instituição social que pode tanto contribuir para fixar como para dissolver pontos nodais. Pode atuar tanto na esfera da política, no sentido de reunir práticas, discursos ou instituições que buscam estabelecer ordens e organizar a coexistência humana em condições potencialmente conflitantes, como pode negar ou afirmar essas dimensões, propondo perspectivas pretensamente universais e intrinsicamente essencialistas excluindo, assim, experiências múltiplas não representadas discursivamente. A mídia jornalística, segundo Biroli e Miguel (2011), ocupa uma posição central na produção, circulação e perpetuação de sentidos no cotidiano por apresentar-se como veiculadora de discursos imparciais. De maneira diferente de outros atores e instituições, ela seria capaz de falar sem se situar em uma posição social, se colocando acima de interesses conflitivos. Ela representaria, supostamente, a totalidade dos interesses considerados comuns. "É a transcrição, para a prática profissional, da neutralidade axiológica própria do pensamento liberal" (BIROLI e MIGUEL, 2011, p. 36). Mesmo que esse código de conduta possibilite que o jornalismo reivindique sua autonomia com relação a outras esferas que compõem a vida social, como apontam os autores, ele não está isento de tensões ou livre de condições.

> A objetividade jornalística esconde a adesão a uma série de valores parciais, que correspondem à visão de mundo de alguns grupos, mas não de outros. Em uma sociedade cindida por sérias clivagens (de classe, de gênero, de raça) a própria noção de "bem comum" precisa ser posta em xeque. As ambiguidades da objetividade jornalística revelam, assim, muitas das ambiguidades latentes na própria neutralidade valorativa reivindicada pelo pensamento liberal (BIROLI e MIGUEL, 2011, p. 38).

O jornalismo parte de sua suposta competência para produzir discursos verdadeiros porque não posicionados, exteriores a conflitos sociais. Promove uma pretensa anulação das mediações existentes nos processos de constituição de discursos, em nome de critérios e valores que ocultam ações e determinações da cultura dominante. Mesmo que a mídia possibilite certa pluralidade na representação e até mesmo na participação de determinados grupos minoritários, essa possibilidade não elimina a desigualdade de recursos materiais e simbólicos que cada grupo é capaz de mover. A mídia, com a roupagem da objetividade e da imparcialidade, parece operar segundo a racionalidade indolente ocidental criticada por Santos e Mouffe, promovendo perspectivas essencialistas e aparentemente universais, disponibilizando representações de mundo significativamente limitadas. O discurso jornalístico, como qualquer outro, é

na verdade inegavelmente perspectivo, situado e marcado por uma complexa rede de relações.

Para Biroli (2017), se os meios de comunicação servem como instrumentos de uma ordem social desigual, reproduzindo informações e visões homogêneas que confirmam perspectivas dominantes, eles podem ser vistos como propagadores privilegiados de estereótipos. Os estereótipos, mecanismos decisivos através dos quais a mídia pode atuar na fixação de pontos nodais hegemônicos, são formas de ordenar informações recebidas do mundo relacionadas à representação e categorização de pessoas e grupos, operando como um atalho cognitivo. Segundo Dyer (1999), essa atividade tem que ser reconhecida como necessária, uma vez que integra formas através das quais a sociedade produz sentidos sobre ela mesma. Não são ordenamento falsos, mesmo que limitados. A questão fulcral, especificamente no âmbito dos discursos midiáticos, é compreender quem são os atores e grupos que propõem os estereótipos que orientam os limites de comportamento aceitáveis e legítimos socialmente.

Como afirma Hall (2016), em consonância com proposições de Mouffe, anteriormente apresentadas, significados flutuam e não há como mantê-los fixos. A tentativa de fixação é o trabalho de uma prática representacional que interpela vários significados potenciais e tenta privilegiar apenas alguns deles. O estabelecimento da normalidade através de estereótipos é uma estratégia de grupos dominantes que tentam moldar toda a sociedade de acordo com sua própria visão de mundo, sistema de valores, sensibilidades e ideologia.

Segundo Biroli, a reprodução de estereótipos não é apenas resultado de formas de opressão que reforçam constrangimentos e barreiras cotidianas que agem sobre certos grupos, mas também favorece a manutenção das condições materiais e ideológicas que tornam a vida mais fácil do ponto de vista dos sujeitos laureados com certas características consideradas dominantes. Esses indivíduos são, em sua maioria, homens brancos, cisgênero, heterossexuais, pertencentes a classes socais mais abastadas. Esse conjunto social, que se forja a partir da crença em sua própria universalidade, não apenas almeja ser representado fora de padrões da estereotipagem, como define os moldes que cravam esquemas representativos de grupos sociais considerados hierarquicamente inferiores, uma vez que governam as esferas produtivas desses discursos.

A insistência na universalidade de falas que, midiaticamente, privilegiam certos tipos de fixações hegemônicas, tem desdobramentos éticos. Conforme Silverstone, a mídia está diretamente implicada na presença ou na ausência do Outro na sociedade contemporânea. Apesar da proliferação de narrativas sobre sujeitos múltiplos, a natureza das representações e a qualidade das relações que são oferecidas pela mídia são, como já apontado, fundamentalmente cingidas. A mídia tem o papel de, ao mesmo tempo, conectar e desconectar, engajar e provocar desligamentos.

Para Silverstone, a mediação contemporânea mira dois modos de representação contrastantes, porém compatíveis, e igualmente indefensáveis. A aporia das relações de alteridade nesse contexto ocorre, por uma perspectiva, no cuidado excessivo com o Outro, que acaba por gerar opressão. A proximidade acontece de maneira tal que permite a incorporação do Outro como uma versão do eu (como o mesmo), em um assimilacionismo que furta a autoridade e que qualifica essa existência corrompida e domesticada. Enxerga-se o Outro, nesse caso, como uma versão imperfeita de si. Em outra visada, define-se alteridade como algo inalcançável, incompreensível. Essa carência de inteligibilidade cria ansiedade e provoca repressão. O Outro representa a diferença total, o estranho, o selvagem, o intangível.

O autor não nega a relevância das formas de representação existentes. Ao estereotipar, ordenar e simplificar significados, elas oferecem entendimentos de mundo que conferem segurança e conforto para que os consome. Elas não são, no entanto, suficientemente contestadas. Silverstone acredita que indivíduos tem plena capacidade de se posicionar intelectual e politicamente diante dos significados midiaticamente partilhados. É necessário tanto reconhecer que o poder da mídia pode e deve ser desafiado como questionar nossa resignação diante as formas dominantes operadas por ela.

> (...) as fraquezas dos nossos meios de comunicação, que são tanto estruturais como circunstanciais, não somente colidem com a vida cotidiana, impõe-se aos nossos valores e práticas diários. Elas surgem e são aceitas como componentes de uma cultura compartilhada. Sem desafio, sem questionamentos, e acima de tudo, sem a nossa vontade de assumir a responsabilidade por elas, eles falham conosco e, crucialmente, nós com eles (SILVERSTONE, 2002, p.18). [3]

[3] Tradução nossa

A sociedade é cúmplice de perspectivas hegemônicas quando aceita as regras impostas pela lógica midiática, quando falha em reconhecer as limitações das representações impostas. Produtores desses discursos são cúmplices quando falham em refletir sobre as limitações de suas práticas e quando não assumem esses limites tanto para aqueles que são objeto de suas narrativas, os representados, como para as audiências. O público é cumplice quando aceita acriticamente o que é proposto pela mídia.

> Os participantes da cultura midiática são cúmplices quando aceitam que a mídia é necessária para compreender tanto o mundo como nossa capacidade de valorizar o Outro, como a mídia de fato é, e quando aceitam que ela é suficiente, o que não pode ser (SILVERSTONE, 2002, p. 21). [4]

A mídia nos permite enquadrar o Outro, enxergá-lo. Ela, no entanto, não nos convida a engajar verdadeiramente com esse Outro, ou a aceitar o desafio – o conflito, o antagonismo – que ele pode representar. Como resultado, oferece um santuário para a vida cotidiana através de um ordenamento cognitivo, simplificado, estereotipado, alegadamente verdadeiro, do mundo. Mas, como aponta Silverstone, santuários tendem tanto a proteger como aprisionar. O que pretendemos problematizar, agora, é essa fortaleza, erguida por grupos dominantes para cercar o que acreditavam ser donzelas indefesas.

O feminino fixado

A mídia, segundo Biroli, é capaz de confirmar ou contestar hierarquias presentes na sociedade, trabalhando constantemente na recuperação de perspectivas historicamente solidificadas. A oposição entre masculinidade e feminilidade, por exemplo, continua a ser representada a partir de concepções convencionais de gênero. O feminino socialmente legitimado é construído através de estereótipos redutores e hierarquicamente situados, trazendo marcas da subalternidade, do inferior, do frágil, do irracional, aparecendo como o Outro de um universal que é masculino. Essa representação, ao restringir a noção do que é ser mulher, elimina, ainda, a inteligibilidade da existência e da experiência de outras mulheres que fogem das convenções estabelecidas por relações binárias de gênero ou que trazem consigo,

[4] Tradução nossa.

também, o peso da opressão racial, étnica e classista. Essas outras vivências são, de forma ainda mais brutal, apagadas midiaticamente.

No contexto de uma sociedade masculinista regida por um modelo de heterossexualidade compulsória, a mulher é percebida em relações de oposição binária ao homem. A dicotomia configura gêneros inteligíveis, que instituem e mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática e desejo sexual. Nesse cenário socialmente naturalizado, as relações entre homem e mulher são permeadas por disputas de poder marcadamente desiguais. Segundo Saffioti, citada por Santos e Izumino (2005), a dominação masculina está vinculada ao sistema patriarcal – uma das manifestações da opressão do capitalismo ocidental – configurando um cenário de exploração e dominação econômica, política e ideológica. O sistema, de acordo com a autora, socializa o homem para dominar a mulher, que é impelida a se submeter.

Não obstante, conforme Butler (2016), o gênero nem sempre se constitui de forma coerente e consistente nos diferentes contextos históricos. Ele é moldado de forma interseccional, a partir de modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Existe, portanto, uma incompletude da categoria "mulher" que abre espaço para significados contestados. Butler afirma que "mulher" é um termo em processo, um construir que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. É uma prática discursiva contínua, um termo sujeito a intervenções e ressignificações. "Mulher" não é uma categoria fechada, mas uma condição que se desdobra em experiências múltiplas e, certamente, pouco compreendidas por serem discursivamente negligenciadas. A visibilidade midiática, em geral condicionante e redutora, é acessível àquelas pessoas que se encaixam em uma heteronormatividade socialmente naturalizada, de preferência sem outras marcas da subalternidade, como a cor ou classe.

Mulheres, segundo Biroli, têm ocupado historicamente o lugar do *objeto de que se fala*. Noticiários tendem a não situá-las como sujeitos de discurso, confirmando e cristalizando certas expectativas sobre o feminino. Sua presença embrionária, tanto na produção como na representação midiática, tende a diminuir perspectivas *de* mulheres (e não *sobre* mulheres) que poderiam confrontar o discurso coroado como "universal" pelos meios de comunicação. Ao contrário, elas foram condicionadas, na esfera midiática, a um retraimento temático, fortalecido, principalmente, por meio do

surgimento de revistas e jornais especificamente femininos. Cabe dizer, criados por homens.

De acordo com Buitoni (2009), a imprensa feminina nasce no final do século XIX com o objetivo de delinear seu público alvo para uma economia do consumo, ou seja, mirava constituir um mercado consumidor de mulheres brancas e com certo poder aquisitivo, funcionando como agente de uniformização. Abordando temas como literatura, moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades e as chamadas artes domésticas, o jornalismo feminino, brasileiro e ocidental, foi talhado com um caráter secundário, ganhando contornos do entretenimento e do utilitarismo prático. Caracterizou-se, e assim tem permanecido, pelo foco no diversional, privilegiando o texto opinativo e de serviço, flertando pouco com o jornalismo informativo. Como nota Buitoni, a própria periodicidade da imprensa feminina contribuía com seu distanciamento do fato atual, afastando cada vez mais as mulheres dos debates públicos e políticos. Importante notar que, para além da dessa representação tradicional, que reforçava a vinculação entre o feminino e o doméstico, surgiam, concomitantemente, as formas de representação progressistas e feministas, pautadas pela luta dos direitos das mulheres. Ainda assim, permanecia a clivagem entre a imprensa voltada para o público feminino – e um feminino bem específico – e aquela direcionada para o público "geral" – não por acaso, predominantemente masculino.

Ao mesmo tempo em que a imprensa feminina despontava com seu projeto domesticador, a reportagem, no âmbito do jornalismo "universal", se instituía como o gênero narrativo responsável pela definição de uma identidade estilística e social para os jornalistas, consolidando-se como tal a partir das décadas de 1940 e 1950. Segundo Souza (2010), a reportagem torna-se a especialidade profissional mais apropriada para cumprir a missão de revelar aquilo que se passa – de relevante – na sociedade. O repórter incorpora o papel de agente mediador entre realidades sociais distintas, separadas cultural, social e espacialmente. A reportagem, em suma, caracteriza-se por seu objetivo desbravador, formando profissionais que se percebem como aventureiros em busca de uma documentação do espaço nacional, de forma a dominar cognitiva e simbolicamente o país. Esse é, portanto, o gênero jornalístico cuja centralidade está na busca e no relato da alteridade, encontrada, preferencialmente, em regiões periféricas e entre grupos sociais subalternos.

> A reportagem é o gênero jornalístico que dentre todos mais dá espaço aos oprimidos. (...) a reportagem, embora também contemple os grandalhões, é por excelência o lugar dos humildes, dos anônimos, dos que só aparecem no jornal uma vez na vida. (FUSER apud VIDAL, 2010, p. 112).

Apesar dos repórteres assumirem posicionamentos heroicos e motivações honrosas, é necessário apontar para certas assimetrias. Souza destaca que a reportagem, gênero privilegiado na constituição de narrativas sobre o Outro, é, ainda, domínio masculino. Os repórteres que viajam e se arriscam pelo mundo, desde os primeiros tempos dessa atividade nômade do jornalismo, são, em sua maioria, homens. A presença feminina nas redações jornalísticas foi acelerada somente a partir da década de 1980. A mulheres, em geral, eram subordinadas a tarefas sedentárias ou a atividades de pouca mobilidade dentro do espaço da cidade. Mesmo com o reconhecimento profissional de algumas repórteres, há nichos extremamente prestigiados entre jornalistas que são exclusivamente de domínio masculino, simbólica e concretamente. O fato de o jornalista ser homem ou mulher, afirma Souza, influencia trajetórias e o rumo das carreiras nesta profissão.

O acesso, portanto, à esfera da produção midiática, especialmente de reportagens, é limitado, resultando em um acervo de narrativas fornecidas por um grupo majoritário nas redações, que partem de posicionamentos muito semelhantes – embora possam haver divergências – uma vez que compartilham identidades de gênero, de classe, de raça. Esse olhar, apesar de perspectivo, conforme já debatido nesse artigo, é legitimado como universal, não situado, e, portanto, dotado de uma verdade essencial. Tal lógica, aliada às restrições feitas às mulheres e a outros sujeitos pertencentes a grupos subalternos, pode contribuir para o empobrecimento de olhares que buscam encarar o mundo cotidiano. As diferenças, se percebidas constantemente a partir de posicionamentos invariáveis, tendem a se tornar alvos frequentes de fixações hegemônicas. A possibilidade de discursos midiáticos lançarem mão de recursos narrativos como estereotipagens redutoras e totalizantes é, portanto, maior. Caso houvesse uma pluralização de sujeitos produtores de discursos, capazes de promover diferentes processos de identificação e aproximação com Outros múltiplos, as narrativas tenderiam a ser mais polifônicas e distintas possibilidades de ser e estar no mundo poderiam ser desveladas.

Como afirma Biroli, as mudanças profundas na inserção de mulheres em diversas esferas de atividade, inclusive no jornalismo, têm impacto para sua posição

social e para o entendimento das suas habilidades, agindo sobre expectativas e traços que caracterizam o feminino hoje. Mas esse impacto, para a autora, parece não ter sido suficiente para que se alterassem os regimes de representação vigentes. O campo jornalístico impõe, segundo Biroli, alternativas onerosas às mulheres, de forma bem mais enfática do que fazem com competidores do sexo masculino. Isso não quer dizer que a ampliação da presença seja irrelevante, mas que é necessário não esquecer as relações hierárquicas que se reproduzem e agem sobre o campo. Essas relações são perpetuadas, cabe destacar, não por uma decisão pensada e totalmente consciente dos profissionais. A autora afirma que a contribuição que os meios de comunicação de massa dão para a manutenção da baixa presença das mulheres se liga às rotinas produtivas da mídia e aos incentivos presentes para a naturalização das hierarquias e para o não enfrentamento da situação de acesso desigual à voz.

Homens e mulheres, portanto, tornam-se assimetricamente visíveis na mídia, vinculados de maneira desequilibrada a campos da vida social. Porém, experiências contra-hegemônicas existem. Acredita-se que as três reportagens destacadas nesse trabalho desafiam, em ao menos duas frentes, as rotinas produtivas e os regimes de representação vigentes. São narrativas que abordam mulheres a partir de perspectivas de outras mulheres, que, talvez por isso, consigam fazer emergir determinados elementos da realidade somente acessíveis por existir uma aproximação identitária. Por outro lado, são trabalhos que explicitam descompassos e diferenças existentes entre os atores envolvidos, através da reflexão das mediações inerentes ao encontro entre jornalistas e personagens. Em cada reportagem, não se almeja defender um olhar imparcial, ao contrário: posicionamentos, perspectivas e lugares de fala são propositalmente evidenciados. Consequentemente, as marcas dos conflitos e das relações de poder denunciam que a alteridade não é fácil de ser enfrentada. Mas mostram, de outro modo, que é necessário fazê-lo.

Os gêneros possíveis

O presente artigo é um movimento inicial de uma pesquisa mais ampla, que, a princípio, buscará perscrutar desdobramentos éticos em mediações existentes nos processos que envolvem a construção de reportagens. Pretende-se investigar aproximações e distanciamentos provocados pelas relações de alteridade entre

jornalistas e personagens e como os conflitos suscitados por esses encontros marcam as narrativas resultantes da mediação. Ainda, objetiva-se analisar como a autorreflexão do embate com o Outro se faz presente nos textos das três jornalistas. Nas reportagens que pretendemos estudar durante o desenvolvimento da pesquisa, a alteridade é principalmente marcada por diferenças decorrentes da multiplicidade da noção do que é ser mulher. Possivelmente, dissonâncias travestidas de semelhanças podem se desdobrar de maneiras ainda mais complexas nas narrativas sobre esse Outro indiscutivelmente distinto. Ao ir além dos binarismos da sociedade masculinista regida por uma matriz heterossexual e ao considerar intersecções de classe e raça, pluralizam-se as percepções de gênero e do feminino e se complexificam as existências de diversas identidades sexuais em contextos sociais específicos. As disputas em torno do poder tornam-se, também, mais abstrusa, assim como a responsabilidade de narrá-las.

Acredita-se que as reportagens escolhidas para esse intento fujam da lógica de discursos pretensamente universalizantes através da problematização do encontro com o Outro em seu próprio universo diegético. Demonstra-se, de maneiras distintas, a consciência de que as narrativas produzidas são tão necessárias como incompletas. São falas perspectivas, posicionadas, que parecem aceitar a inevitabilidade das relações assimétricas, e potencialmente antagônicas, estabelecidas entre jornalista e personagem.

Em *A floresta das parteiras*, Eliane Brum desbrava "o ventre úmido da Amazônia" em busca das mulheres que nasceram com o dom de pegar menino. Tomando emprestado o vocabulário amapaense para contar a história de algumas das 700 parteiras que carregam nas mãos mais de 500 anos de tradição, Brum relata as especificidades que moldam esse feminino quase sagrado. Um feminino que não obedece a enquadramentos hegemônicos, até mesmo porque os desconhece. São outros regimes de relação, outras configurações de gênero. O feminino para comunidades do extremo norte do país é distinto, configurado por ancestralidades, por vinculações com a natureza, por religiosidades, por relações comunitárias específicas, por outras inevitáveis hierarquias.

A jornalista Nana Queiroz, em *Presos que menstruam*, investiga a história e apresenta o cotidiano de mulheres com pouca perspectiva de futuro, tratadas como homens em diversas prisões de todo Brasil. Apresenta relatos individuais protagonizados por sete presas condenadas a sobreviver no sistema carcerário brasileiro, além de fragmentos de experiências que denunciam outros tipos de violência. Queiroz

embaralha histórias formando um mosaico que revela que, se fora do universo investigado pela reportagem as mulheres lutam pelo direito a igualdade, dentro das prisões a batalha é pelo direito ao reconhecimento de sua diferença.

Por fim, Fabiana Moraes acompanha o nascimento de Joicy Melo da Silva aos 51 anos, em novembro de 2010. A pernambucana, que era antes João, foi uma das muitas mulheres transexuais a fazer o procedimento de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS). *O Nascimento de Joicy* narra a árdua transformação de um pobre agricultor do distrito de Perpétuo Socorro na mulher que ele sempre foi. Joicy, porém, não se enquadra em estereótipos de mulheres trans, que geralmente utilizam certos símbolos e aspectos da feminilidade para se afirmarem socialmente como mulheres. A feminilidade de Joicy é mais ambígua, e, portanto, mais questionada. É uma personagem que tem que lutar o tempo todo pelo direito de nomear e significar o próprio corpo politicamente.

As reportagens, cada uma a sua maneira, apresentam relatos sobre os desafios impostos pelo encontro com realidades e experiências marcadamente distintas e negligenciadas midiaticamente. Outras possibilidades do feminino são colocadas em questão, como, também, as dificuldades em relatá-las. Tratam-se de textos que não restringem suas personagens em esquemas simplificadores, mas expandem as vivências contadas a partir da legitimação das incompletudes, das lacunas e das limitações desse processo de reconhecimento. São reportagens que não se colocam como verdades, mas apenas como pontos de vista.

Pergunta-se, então, como essas experiências – e outras similares – podem contribuir para a constituição de um jornalismo perspectivo e posicionado? Como esses posicionamentos podem fomentar um projeto de pluralidade e democratização midiática? Quais recursos narrativos são utilizados para propiciar reflexões? De que modo a autorreferencialidade das narrativas contribui para uma crítica das mediações? Essas iniciativas teriam o potencial de provocar deslocamentos no senso comum e nos estereótipos socialmente sedimentados?

Fato é que o papel das narrativas midiáticas na busca por legitimação social, pelo equilíbrio das relações de poder e pela garantia de direitos e participação política é indispensável. Refletir sobre ele é o que se apresenta como desafio.

REFERÊNCIAS

BARBERO, Jesus Martín. **Dos Meios às Mediações:** Comunicação, cultura e hegemonia. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BIROLI, Flávia. **A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. In: Notícias em Disputa**.** São Paulo: Contexto, 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Caleidoscópio convexo:** mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRUM, Eliane. **A floresta das parteiras.** In: **O olho da rua:** uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008. p. 16-39.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de Papel:** a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DYER, Richard. **The role of stereotypes.** *Media Studies: A Reader*, 2nd Edition, Edinburgh University Press, 1999.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Apicuri, 2016.

IZUMINO, Wânia. SANTOS, Cecília. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. Tel Aviv, v.16, n.1 ,1996**.** Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/16169/V/16>

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy:** transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Identidade democrática e política pluralista.** In: Pluralismo cultural, identidade e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam:** a brutal vida das mulheres ─ tratadas como homens ─ nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia:** reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Complicity and Collusion in the Mediation of Everyday Life**. In: New Literary History – Fall 2002.

SOUZA, Candice Vidal. **Repórteres reportagens no jornalismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.